

ATA NÚMERO 2.791 DA SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2026.

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de Junho do corrente exercício de 2.026, às 19:00 horas, na sala das Sessões da Câmara Municipal de Orlândia, Estado de São Paulo, sob a Presidência do Vereador Gilson Moreira, secretariado pelos (as) vereadores (as) Juliane Fernanda Pompilio e Luis Donizeti da Cruz, realizou-se esta **Sessão Ordinária** sob o número 2.791 - O Excelentíssimo Sr. Presidente, após invocação a Deus, convidou os nobres edis e demais presentes para de pé cantassem o Hino Nacional, seguido do Hino de Orlândia (nos termos do art. 116 do Reg. Interno), seguido de uma calorosa salva de palmas. Procedida à chamada dos Srs. Vereadores consignaram-se (11) onze comparecimentos. **PRESIDENTE:** Terminado o expediente passaremos a ordem do dia. Solicito a primeira secretária vereadora doutora Juliane para que faça a leitura das matérias constantes da ordem do dia para discussão e posterior votação. **JULIANE: EMENDA SUBSTITUTIVA N 1/ 2026**, de autoria do vereador Antônio Carlos Leite que *"Altera e substitui o texto do artigo 1º do projeto de lei complementar número 7 de 8 de junho de 2026 para dar nova redação ao artigo 35 caput"*. **PRESIDENTE:** Antes de passar a palavra para o autor da emenda, gostaria só de retificar aqui e colocar a ata da sessão em votação. Quem for favorável permaneça sentado e os contrários se levantem. Muito obrigado. Ata aprovada por unanimidade. Agora eu passo a palavra para o autor da Emenda Substitutiva 001/2026, Antônio Carlos Leite. **ANTÔNIO:** Sr. Presidente, mesa, nobres vereadores, o chefe do Executivo encaminhou à Câmara Municipal esse projeto de lei complementar, especialmente para acrescentar ao artigo 35 da Lei Complementar 3.823 de 2011, o parágrafo segundo que diz que o disposto nesse artigo não se aplica aos cargos de provimento em comissão do Poder Legislativo, que serão regulados por resolução da Câmara Municipal. Eu entendo que a Lei Complementar 3.823, que trata da organização funcional do Poder Executivo, não tem nenhum nexos com o Poder Legislativo. Repito, a Lei Complementar 3.823/2011, ela foi especialmente criada para regulamentar, para estruturar o serviço do Poder Executivo. Ou seja, essa lei nunca teve a finalidade de regulamentar a organização do serviço da Câmara. Ora, se essa lei foi criada para organizar o serviço do Executivo, esse parágrafo segundo, excluindo a Câmara da aplicação dessa lei, ela não tem razão de ser. O Executivo não poderia nem agravar, nem atenuar, ou seja, nem criar empecilhos e nem criar soluções para a organização do serviço da Câmara. Ponto final. Porque se o Executivo faz isso, dizendo que aquela lei não era do Legislativo, para o Legislativo, ele incorre numa agressão a um princípio constitucional fundamental, que é a independência dos poderes. Se é 20%, 10%, 30%, 50% a proporção de cargos comissionados em relação aos cargos efetivos, a Câmara é que tem liberdade para legislar sobre esse assunto. A competência legislativa



para legislar sobre serviço da Câmara Municipal é exclusivamente da Câmara Municipal. O Poder Executivo não poderia remeter esse projeto de lei para acrescentar um parágrafo dizendo que aquela lei não se aplica ao Poder Legislativo, que é uma pura redundância. Bom, entendendo que é uma pura redundância, e já que o Prefeito mandou esse projeto de lei, eu achei, então, apropriado, já que desde o ano passado eu tenho batido nessa tecla de que o Executivo tem que diminuir cargo comissionado, fazer essa emenda substitutiva para dizer o seguinte, hoje a regra do Executivo para criar cargos comissionados, a partir dessa lei aqui, é de 10% do número de efetivo, e explico, hoje aproximadamente a Prefeitura tem 1.500 cargos efetivos. 10% dá ao Executivo hoje a possibilidade de contratar 150 cargos comissionados. Com essa emenda substitutiva, já que ele mandou o projeto de lei para a Câmara, eu diminuo de 10% para 5%, ou seja, de 150, através da minha emenda substitutiva, o Prefeito pode apenas contratar 75 cargos em comissão. Mas é muito menos do que há hoje. Ou seja, não havia razão de mandar esse parágrafo, mas já que mandou, e a competência para organizar o serviço do Executivo não é da Câmara, mas eu poderia emendar, contanto que não houvesse despesa, então estou apresentando aqui ao plenário essa emenda, porque resolve um grande problema. Primeiro, dois problemas, independência da Câmara e do Executivo. A Câmara é competente para organizar o seu quadro funcional, não precisa do Executivo para isso. Segundo, eu tenho batido nessa tecla para diminuir cargos comissionados, e a emenda que eu apresentei diminui então de 10% dessa proporção para 5%, e ainda acrescento, desse 75, que a lei diz que 30% tinha que ser de efetivo, eu estou aumentando para 50%. Do 75 que a minha emenda substitutiva permite ao Executivo contratar, desse 75 ainda, 50% tem que ser de cargo efetivo. Então, é uma maneira que eu encontrei para tratar desse assunto tão importante. E eu repito, a Prefeitura exagerou nos cargos comissionados, eu votei contra a primeira lei, o projeto de lei que gerou a Lei nº 89/2025, insisto, e ainda vai demorar esse semestre para resolver esse problema. Portanto, essa emenda substitutiva é salutar para o município que vem mal financeiramente no ano passado, esse ano, e a tendência, pelo quadro que vemos, é piorar. Então, essa emenda dá saúde para o Poder Executivo e para a cidade. Muito obrigado, Sr. Presidente. **PRESIDENTE:** Após a explanação, coloco a emenda em discussão. **VITOR:** Boa noite, Sr. Presidente, vereadora, munícipes presentes. Eu concordo plenamente com o que o Dr. Leite falou, até fiquei refletindo bastante sobre a questão dessa emenda, mas, durante a semana, o Executivo acabou protocolando também a reforma administrativa, onde vai tratar justamente desse tema, e eu acredito que a gente tem que analisar com cautela, dentro da reforma administrativa, e fazer as emendas necessárias para que isso aconteça. Eu já vi que vai diminuir bastante, lá dentro da reforma, esses cargos comissionados, eu acho que para 64, se eu não me engano. Então, eu acredito que o melhor seja ter uma emenda justamente dentro da reforma administrativa, porque pode ocorrer o risco de a gente votá-la agora, e depois,



dependendo da forma que for colocada a reforma administrativa, ser trocado novamente. Obrigado, Sr. Presidente. **PRESIDENTE:** Boa noite a todos. Gostaria também de fazer parte da discussão dessa emenda, pois também tive a minha preocupação de buscar informações, e até gostaria de ler para vocês aqui, e depois eu já digo qual vai ser a minha postura. A emenda substitutiva 001/2026, de autoria do vereador Antônio Carlos Leite, se fundamenta, no parecer, da CCJ, Comissão de Constituição e Justiça, de possível inconstitucionalidade do projeto de lei em análise, com menção de que a Lei Municipal nº 3823, de 10 de agosto de 2011, se aplicaria apenas ao Poder Executivo, motivo pelo qual a competência para legislar sobre o limite de quantidade de cargos comissionados da Câmara de Orlandia seria apenas do Poder Legislativo. Ocorre que, verifica-se que as razões do parecer desfavorável do nobre vereador coincidem com as mesmas razões do presente projeto, ou seja, competência exclusiva do Poder Legislativo em legislar sobre a matéria, o que restou atendido ao corpo do projeto de lei. Em outras palavras, as razões da apresentação da emenda e do parecer desfavorável são as mesmas que ensejaram a apresentação do Projeto de Lei Complementar, visando justamente alterar o artigo 35 da Lei Municipal para deixar claro, na legislação municipal, que a competência para tanto é do Legislativo. Portanto, conclui-se que a única alteração pretendida de forma efetiva é reduzir para 5% o limite de servidores comissionados para o Poder Executivo, o que contraria em partes as próprias razões da justificativa da emenda apresentada. Observação: Redação do artigo 1º da Lei deixa claro que ela se aplica ao Legislativo, ao contrário do alegado no parecer do nobre vereador. A evolução funcional dos servidores públicos municipais investidos em cargos de provimento efetivo regidos pelo Estatuto do Funcionário Público do Município de Orlandia, do Quadro de Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, obedecerá as disposições estabelecidas nesta lei. Redação dada pela Lei, de número 4.297, barra 22. Então, por essas razões, eu já abro de antemão aqui o meu voto contrário à emenda substitutiva. Não havendo mais discussão, solicito ao segundo secretário, vereador Luis Donizeti da Cruz - Ratinho, para que faça a chamada dos senhores vereadores para a primeira votação da mesma. **LUIS:** Antônio Carlos Leite. **ANTONIO:** Pela aprovação. **LUIS:** Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Favorável. **LUIS:** Gilson Moreira. **PRESIDENTE:** Contrário. **LUIS:** João Vítor Alves Pardal. **JOÃO:** Favorável. **LUIS:** Juliane Fernanda Pompilio. **JULIANE:** Desfavorável. **LUIS:** Luis Donizeti da Cruz - Ratinho. Contrário. **LUIS:** Max Leonardo Define Neto. **MAX:** Favorável. **LUIS:** Paulo Rodrigues Alves Pereira- Porkim. **PAULO:** Contrário. **LUIS:** Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL:** Contrário. **LUIS:** Sebastião Atilio da Silva, Nego da Maruca. **SEBASTIÃO:** Favorável. **LUIS:** Vitor Fávaro Tonetto. **VITOR:** Contrário. **PRESIDENTE:** Então, **A EMENDA REJEITADA POR SEIS(06) VOTOS CONTRA CINCO (05).** Solicito ainda a primeira secretária, a doutora Juliane, que proceda à leitura do Projeto de Lei Complementar 007/2026, de autoria do Poder Executivo. **JULIANE:** **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N 007/2026,** de autoria



do Poder Executivo que "Altera a Lei Complementar nº 13.823, de 10 de agosto de 2011, e a Lei Complementar nº 89, de 15 de janeiro de 2025, para excluir o Poder Legislativo da incidência do percentual mínimo de cargos em comissão a serem providos por servidores efetivos e dar outras providências." **PAULO:** Sr. Presidente, peço dispensa da leitura? **PRESIDENTE:** Dispensa concedida, já que a matéria é de conhecimento de todos. **JULIANE:** Parecer jurídico: pela legalidade do projeto. Parecer da Comissão Orçamento, Finanças e Contabilidade: pela aprovação. Parecer da Comissão Justiça e Redação: pela apreciação em plenário. **PRESIDENTE:** Coloco em primeira discussão o projeto de lei complementar 007/2026, de autoria do Poder Executivo. **JULIANE:** Passo a palavra para o Antônio Carlos Leite. **ANTÔNIO:** Sr. Presidente, mesa, senhores vereadores, a independência dos poderes, legislativo e executivo, ela tem que ser tratada de maneira sagrada, praticamente sagrada, porque nós não podemos permitir que, de forma alguma, haja qualquer tipo de ação do executivo na organização funcional do legislativo, sob pena, não estou dizendo o que acontece ou o que está acontecendo, mas sob pena do executivo se sobrepor ao legislativo e o legislativo se submeter ao executivo. Eu repito isso, reprisando o que eu já falei na minha emenda, porque todas as vezes que surgir esse tema, eu vou dizer isso. Outro dia nós votamos aqui a criação de uma comissão mista, eventual, de maneira excepcional, e lá eu fui contundente nesse sentido. Executivo não pode interferir nas decisões do legislativo e nem o legislativo, dentro de um contexto legal, interferir. Nós temos grandes dificuldades em propor projetos, em propor soluções para o executivo, porque nós recaímos naquela questão. Essa questão é de competência exclusiva do executivo e nós ficamos de mão amarrada. E quando nós podemos separar esses poderes para que nós tenhamos maior autonomia, nós acenamos dando poder para o executivo. Então, aqui, esse projeto de lei seria uma grande mensagem para o poder executivo. Executivo, não tente organizar o serviço do legislativo, porque lá quem manda é o poder legislativo. Então seria uma grande mensagem para o executivo. Aí você me diz, com o perdão da redundância, mas ele está excluindo o legislativo. Não, ele não poderia nem falar isso. Não é problema do executivo, o legislativo. O legislativo tem autonomia para disciplinar o seu quadro funcional da forma que melhor lhe convém. Então, eu vou continuar defendendo isso e espero que, em algum momento, isso valha e fique registrado aí para que nós aprendamos. E, na verdade, eu respeito a posição de todo mundo, mas essa questão da independência dos poderes, para mim, ela é sagrada. Muito obrigado, Sr. Presidente. **PRESIDENTE:** Não havendo mais discussão, solicito ao segundo secretário, vereador Luis Donizeti da Cruz - Ratinho, para que faça a chamada dos senhores vereadores para a primeira votação do mesmo. **LUIS:** Antônio Carlos Leite. **ANTONIO:** Contra. **LUIS:** Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Contra. **LUIS:** Gilson Moreira. **PRESIDENTE:** Favorável. **LUIS:** João Vítor Alves Parda. **JOÃO:** Favorável. **LUIS:** Juliane Fernanda Pompilio. **JULIANE:** Favorável. **LUIS:** Luis Donizeti da Cruz - Ratinho. Favorável. **LUIS:**



Max Leonardo Define Neto. **MAX:** Desfavorável. **LUIS:** Paulo Rodrigues Alves Pereira-Porkim. **PAULO:** Favorável. **LUIS:** Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL:** Favorável. **LUIS:** Sebastião Atilio da Silva, Nego da Maruca. **SEBASTIÃO:** Favorável. **LUIS:** Vitor Fávoro Tonetto. **VITOR:** Contrário. **PRESIDENTE:** PROJETO EM PRIMEIRA VOTAÇÃO APROVADO POR SETE (7) VOTOS FAVORÁVEIS CONTRA QUATRO (4) VOTOS CONTRÁRIOS. **JULIANE:** PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 8/ 2026 de autoria do Poder Executivo que *"Substitui o mapa de zoneamento urbano constante no anexo 1º da Lei Complementar nº 45, de 21 de dezembro de 2017, que altera a Lei Complementar nº 3.333, de 12 de dezembro de 2003, Código Tributário do Município de Orlandia, e institui o mapa de valores genéricos. MVG do Município de Orlandia dispõe sobre critérios de apuração do valor venal de imóveis para efeito de lançamento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, IPTU, concede isenções e benefícios fiscais sobre os imóveis sujeitos à incidência desse imposto e das outras providências."* **VITOR:** Sr. Presidente, peço dispensa da leitura. **PRESIDENTE:** Já estava no final também né? Então pode ir para os pareceres, por favor. **JULIANE:** Parecer Jurídico: pela legalidade do projeto. Parecer da Comissão Orçamento, Finanças e Contabilidade: pela aprovação. Parecer da Comissão Justiça e Redação: pela aprovação. **PRESIDENTE:** Coloco em primeira discussão o Projeto de Lei Complementar 008-26 de Autoria do Poder Executivo. **JULIANE:** Passo a palavra para Luis Donizeti da Cruz - Ratinho. **LUIS:** Boa noite, Sr. Presidente. Boa noite, novos colegas. Gostaria aqui de agradecer, que esteve aqui hoje, por volta das 18 horas, a arquiteta, senhora Giovana Gléria. Giovana, que é diretora de Engenharia da Secretaria de Infraestrutura do nosso município. Ela esteve aqui trazendo esclarecimentos sobre esse projeto. Projeto que, vou resumir ele aqui. Esse projeto, como foi comentado aí nos bastidores, na rua, o pessoal, quando vê um projeto, já acha que é aumento de imposto e tal. Esse projeto, vou resumir aqui para vocês. Ele está tirando uma área que era da zona rural e está passando ele para a zona urbana. É um loteamento que será construído lá e nada mais que isso. Só está tirando de uma área e passando para a outra. A partir de agora, ele passa a ser área urbana e terá, então, a cobrança de IPTU. Então, quero agradecer, que é assim que funciona o diálogo, o esclarecimento entre o Poder Executivo e o Legislativo. Então, quero deixar aqui o meu agradecimento à Secretaria de Infraestrutura e à arquiteta Giovanna, que, em poucos minutos que esteve aqui, trouxe valiosos esclarecimentos. Por isso, já quero deixar meu voto aqui favorável. Muito obrigado, Sr. Presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL:** Boa noite, Sr. Presidente, nobres amigos vereadores, imprensa inscrito e falada. Só complementando também o que o Ratinho falou, realmente, deixa de ser um zoneamento rural e passa a ser um zoneamento urbano, não só pela incidência do IPTU, para que ele faça parte do município e também receba os cuidados que a Prefeitura, que o município pode oferecer. Parece que existem novos loteamentos a serem feitos aqui no município de Orlandia, empreendimentos, na



verdade, particulares, e isso é necessário que conste em um zoneamento urbano e não no rural, para que possa ter realmente essas construções. Nós votamos aqui isso recentemente, a mudança desse mapa, e naquela votação ainda analisei, corri atrás, voltei, fiz a questão de mudar os mapas, porque, para não ter nenhum problema de aumento de IPTU, foi somente o reajuste naquele mapa, e nesse aqui posso garantir também, de acordo com esse projeto, que é somente a adequação de uma zona rural para uma urbana. Obrigado, Sr. Presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para Vitor Favaro Tonetto. **VITOR:** Boa noite novamente, Sr. Presidente. Gostaria de complementar aqui, que é uma coisa que venho pedindo já há algum tempo para o Executivo, para que possa ser elaborado o Plano Diretor do nosso município, que está desde 2006, sem ser revisto, e que engloba justamente isso, para que a gente possa decidir os rumos que a cidade possa ter oportunidade de crescer, e esses projetos não fiquem vindo de forma picada, para que a gente possa regularizar esses espaços com antecedências e mostrar para a população para onde a gente pretende que a cidade possa construir e crescer. Então, novamente, eu peço aqui que seja olhado com carinho a parte do Plano Diretor do nosso município. Obrigado, Sr. Presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para o Antônio Carlos Leite. **ANTÔNIO:** Sr. Presidente, vereadores, eu concordo com o vereador Vitor e é necessário fazer o Plano de Diretor, é preciso fazer esse estudo e é por isso que eu vou votar contrário, porque enquanto a gente ficar votando essas coisas remendadas, o executivo não toma o cuidado de fazer e resolver o problema. Então é só essa questão, eu entendo que precisa fazer uma atualização, um estudo, é preciso trazer clareza, é preciso estudar com tempo, eu sei que exige tempo, mas nós já estamos há um ano e meio dessa administração e vários projetos, não só esse, outros projetos, vêm para essa casa remendendo coisas. Falhou lá, vamos consertar aqui, falha ali, vai lá. Eu acho que precisa ser tratar a administração com o maior cuidado, então é só por essa razão. Muito obrigado, Sr. Presidente. **PRESIDENTE:** Não havendo mais inscritos, solicito ao segundo secretário, vereador Luis Donizeti da Cruz - Ratinho, para que faça a chamada dos senhores vereadores para a primeira votação do mesmo. **LUIS:** Antônio Carlos Leite. **ANTONIO:** Contrário. **LUIS:** Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Favorável. **LUIS:** Gilson Moreira. **PRESIDENTE:** Favorável. **LUIS:** João Vítor Alves Parda. **JOÃO:** Favorável. **LUIS:** Juliane Fernanda Pompilio. **JULIANE:** Favorável. **LUIS:** Luis Donizeti da Cruz - Ratinho. Favorável. **LUIS:** Max Leonardo Define Neto. **MAX:** Favorável. **LUIS:** Paulo Rodrigues Alves Pereira- Porkim. **PAULO:** Favorável. **LUIS:** Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL:** Favorável. **LUIS:** Sebastião Atilio da Silva, Nego da Maruca. **SEBASTIÃO:** Favorável. **LUIS:** Vitor Fávaro Tonetto. **VITOR:** Favorável. **PRESIDENTE:** PROJETO EM PRIMEIRA VOTAÇÃO APROVADO POR DEZ (10) VOTOS FAVORÁVEIS E UM (1) VOTOS CONTRÁRIO. **JULIANE:** EMENDA ADITIVA Nº 3/2026, de autoria do vereador Antônio Carlos Leite que "Acrésceta o parágrafo único ao artigo 2º do Projeto de Lei nº 15, de 27 de maio de 2026 e das outras providências." **PRESIDENTE:** Passo a palavra ao autor



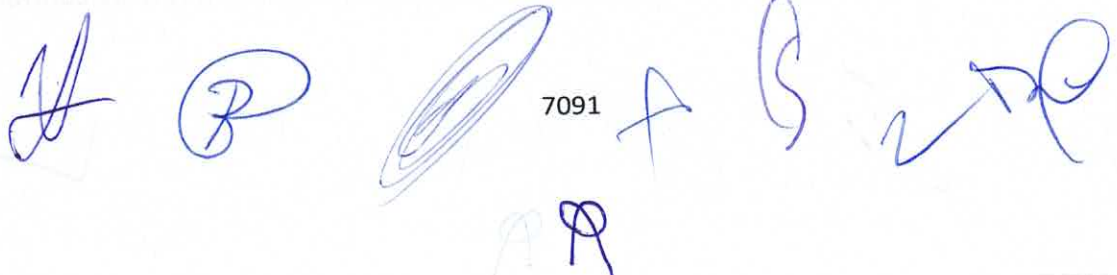
da emenda aditiva 003/2026, de autoria do vereador Antônio Carlos Leite. **ANTÔNIO:** Sr. Presidente, mesa, senhores vereadores, sobre esse projeto foram elaborados parecer jurídico e parecer contábil. E no parecer contábil havia uma observação que a senhora contadora apresentou, de que o valor de R\$ 1.550.953,02. R\$ 1.550.953,02 de crédito adicional especial, deve ser investido no ano de 2026. Eu achei prudente fazer essa ressalva, porque às vezes há uma movimentação financeira e o executivo acaba não investindo aquele recurso naquele exercício. Então, apenas para que haja a obediência a uma regra legal, e a gente não se perca, porque é bem provável que o executivo cumpriria isso em 2026, mas com a ressalva no projeto de lei, o executivo fica indesculpável, ele não tem como argumentar nada, ele precisa investir esse R\$ 1.550.953,02 no exercício de 2026. Eu acho prudente, é importante, e dá maior transparência, clareza e maior direcionamento na execução dessa verba. Muito obrigado, Sr. Presidente. **PRESIDENTE:** Não havendo mais inscritos, solicito ao segundo secretário, vereador Luis Donizeti da Cruz - Ratinho, para que proceda a chamada dos senhores vereadores para a votação da mesa. **LUIS:** Antônio Carlos Leite. **ANTONIO:** Contrário. **LUIS:** Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Favorável. **LUIS:** Gilson Moreira. **PRESIDENTE:** Favorável. **LUIS:** João Vítor Alves Pardal. **JOÃO:** Favorável. **LUIS:** Juliane Fernanda Pompilio. **JULIANE:** Favorável. **LUIS:** Luis Donizeti da Cruz - Ratinho. Favorável. **LUIS:** Max Leonardo Define Neto. **MAX:** Favorável. **LUIS:** Paulo Rodrigues Alves Pereira- Porkim. **PAULO:** Favorável. **LUIS:** Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL:** Favorável. **LUIS:** Sebastião Atilio da Silva, Nego da Maruca. **SEBASTIÃO:** Favorável. **LUIS:** Vitor Fávaro Tonetto. **VITOR:** Favorável. **PRESIDENTE:** EMENDA APROVADA POR UNANIMIDADE. **JULIANE:** PROJETO DE LEI NÚMERO 15/2026, de autoria do Poder Executivo que "*Dispõe sobre a aprovação de um crédito adicional suplementar ao valor de 3.529.070,95 reais e de um crédito adicional especial no valor de 1.550.953,02 reais*". **VITOR:** Sr. Presidente, queria pedir dispensa da leitura. **PRESIDENTE:** Dispensa concedida, já que a matéria é de conhecimento de todos. **JULIANE:** Parecer jurídico: pela legalidade do projeto. Parecer complementar contábil 1º de 2026: Em análise aos novos relatórios apresentados pela contadoria do Poder Executivo, referentes às receitas arrecadadas e às despesas empenhadas no exercício de 2025, bem como ao montante dos restos a pagar quitados no exercício de 2026, verifica-se a existência de saldo financeiro positivo em caixa, oriundo de exercícios anteriores, o qual poderá ser utilizado como fonte de recursos para a criação de novas despesas. Cumpre destacar que, nos termos da lei nº 4.320, barra 1964, os créditos especiais pertencem ao exercício financeiro em que forem abertos. Desta forma, o montante de R\$ 1.550.953,02 deverá ser integralmente utilizado até o encerramento do exercício financeiro de 2026. Diante do exposto, essa contadoria manifesta-se favorável à utilização de créditos especiais, a utilização do saldo financeiro apurado como fonte de recursos para a abertura dos créditos pretendidos desde que atendidas todas as exigências legais pertinentes. É o



parecer. Parecer da Comissão Justiça e Redação: pela apreciação em plenário. Parecer da Comissão Orçamento, Finanças e Contabilidade: pela aprovação. **PRESIDENTE:** Coloco em discussão o projeto de lei 0015/2026, de autoria do Poder Executivo. **JULIANE:** Boa noite, Sr. Presidente, nobres colegas, a todos que estão aqui presentes, a imprensa escrita e falada. Eu tinha pedido vista desse projeto referente ao parecer da contadora, e depois que foram anexados os documentos e tudo ficou esclarecido, ela deu parecer favorável, então já fica aqui o meu voto de favorável do projeto. **PRESIDENTE:** Não havendo mais inscritos, solicito ao segundo secretário, vereador Luis Donizeti da Cruz - Ratinho, para que proceda a chamada dos senhores vereadores para a votação da mesa. **LUIS:** Antônio Carlos Leite. **ANTONIO:** Pela aprovação. **LUIS:** Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Favorável. **LUIS:** Gilson Moreira. **PRESIDENTE:** Favorável. **LUIS:** João Vítor Alves Pardal. **JOÃO:** Favorável. **LUIS:** Juliane Fernanda Pompilio. **JULIANE:** Favorável. **LUIS:** Luis Donizeti da Cruz - Ratinho. Favorável. **LUIS:** Max Leonardo Define Neto. **MAX:** Pela aprovação. **LUIS:** Paulo Rodrigues Alves Pereira-Porkim. **PAULO:** Favorável. **LUIS:** Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL:** Favorável. **LUIS:** Sebastião Atilio da Silva, Nego da Maruca. **SEBASTIÃO:** Favorável. **LUIS:** Vitor Fávaro Tonetto. **VITOR:** Favorável. **PRESIDENTE:** PROJETO EM PRIMEIRA VOTAÇÃO, APROVADO POR UNANIMIDADE. **JULIANE:** EMENDA ADITIVA N 1/2026 de autoria do vereador Antônio Carlos Leite, que "*Acréscenta o artigo 11 do projeto de lei número 16 de 27 de maio de 2026, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2027, o parágrafo único, com a seguinte redação: Artigo 11, parágrafo único. Serão recepcionados por essa lei os seguintes projetos. Planejamento e construção de abrigo para cães e gatos, que envolverão especialmente as secretarias de saúde e infraestrutura, estimados em 4 milhões de reais, custeados através da conta Obras e Instalações 449051, aperfeiçoamento e ampliação da entrega de medicamentos em domicílio através da farmácia municipal, Secretaria da Saúde, estimado em 2 milhões de reais, custeados através da conta Material de Distribuição Gratuito 339032, desenvolvimento e execução de programas de criação e fomentação do primeiro emprego para jovens estudantes, acionando as respectivas e diversas secretarias do município, estimado em 2 milhões de reais, custeados através da conta Impostos sobre a Propriedade Peridial e Territorial Urbana, com anulação parcial de receita.*" **PRESIDENTE:** Passo a palavra para o autor da emenda aditiva 01/2026, vereador Antônio Carlos Leite. **ANTÔNIO:** Sr. Presidente, mesa, nobres vereadores, todos nós temos alguns projetos que aquecem os nossos corações, que invadem as nossas mentes, e nem todos eles são implementados, porque há toda uma burocracia. Só que o primeiro passo para que um projeto seja implementado é que conste das leis orçamentárias. Ainda que seja um desejo, um sonho, se não constar da estrutura orçamentária, o Executivo não pode sequer pensar nisso. Ou seja, a lei orçamentária é a autorização financeira, econômica, contábil, para que o Executivo possa planejar e verificar se há recursos para



isso. Eu entendo a situação econômica e financeira da Prefeitura de Orlândia. Mas se não constar do orçamento, a gente não pode nem pensar e nem sonhar. Há então aqui a emenda que adiciona à lei de diretrizes orçamentárias o planejamento e construção de um abrigo para cães e para gatos. Isso ocupa o meu coração, sem denegir qualquer outro projeto, sem diminuir qualquer outro projeto. O termo denegir não tem sido muito bem aceito. Eu peço até para excluir do contexto. Mas eu quero dizer que, por força do hábito, às vezes a gente acaba comentando. Então peço desculpa aos vereadores. É um termo que nós precisamos ir excluindo. Mas eu não quero diminuir nenhum outro projeto. Há projetos importantes. Mas eu gostaria de que constasse do orçamento a possibilidade do Executivo fomentar a criação desse abrigo. Outro projeto, inclusive fiz o anteprojeto, é de entrega de medicamento em domicílio para aqueles que não têm condição de chegar lá na farmácia. A gente passa todos os dias lá e eu tenho a curiosidade, às vezes eu paro, olho e todo dia está lotado. Senhores, senhoras e pessoas com comorbidades. Nós poderíamos estruturar para que esse medicamento pudesse chegar na casa desse munícipe. Não são todos. Eu também não sou favorável a todos os direitos. Eu acho que tem que ter regras para isso. Mas isso é importante. Eu acho importante. Outro é um anteprojeto que eu encaminhei para o Executivo, de incentivo ao primeiro emprego. Ou seja, fomentar. A gente vê a dificuldade que está. Pessoas que estudam saem em inúmeros ônibus aqui, do ponto de ônibus de Orlândia, para que esses jovens vão estudar, se formar, mas quando eles terminam o curso, não têm onde trabalhar. Então enviei ao Executivo esse projeto de fomentação do primeiro emprego, em que a Prefeitura, através de uma renúncia, através de uma compensação tributária, dê à empresa algum benefício para que ele possa manter esse jovem lá na empresa. Mas precisa constar do orçamento. Então essas emendas não vieram e eu faço questão de apresentar para os nobres colegas, para ser apreciado e inserido no orçamento. Muito obrigado, Sr. Presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para Sebastião Atílio da Silva, Nego da Maruca. **SEBASTIÃO:** Sr. Leite, é o que a gente sempre diz. Não é tudo que o senhor pensa que eu penso, mas pouquinho que eu quero te agradecer por esse pedido, essa indicação, porque eu me sinto assim, esse pedido do senhor é o que favorece ao meu povo, a classe mais simples. Então quero te agradecer, te dar os parabéns. Quando eu achar que você merece os parabéns, eu te dou os parabéns. Muito obrigado, viu, Sr. Leite. Obrigado, Sr. Presidente. **PRESIDENTE:** Não havendo mais inscritos, solicito ao segundo secretário, vereador Luis Donizeti da Cruz - Ratinho, para que faça chamada dos senhores vereadores para a primeira votação da mesma. **LUIS:** Antônio Carlos Leite. **ANTONIO:** Pela aprovação. **LUIS:** Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Favorável. **LUIS:** Gilson Moreira. **PRESIDENTE:** Favorável. **LUIS:** João Vítor Alves Pardal. **JOÃO:** Favorável. **LUIS:** Juliane Fernanda Pompilio. **JULIANE:** Favorável. **LUIS:** Luis Donizeti da Cruz - Ratinho. Favorável. **LUIS:** Max Leonardo Define Neto. **MAX:** Pela aprovação. **LUIS:** Paulo Rodrigues Alves Pereira- Porkim. **PAULO:** Favorável. **LUIS:** Rafael Palma de Araújo.



7091



**RAFAEL:** Favorável. **LUIS:** Sebastião Atilio da Silva, Nego da Maruca. **SEBASTIÃO:** Favorável. **LUIS:** Vitor Fávaro Tonetto. **VITOR:** Favorável. **PRESIDENTE:** EMENDA EM PRIMEIRA VOTAÇÃO APROVADA POR UNANIMIDADE. **JULIANE:** EMENDA MODIFICATIVA N 2/2026 de autoria do vereador Antônio Carlos Leite que "Acrescenta ao parágrafo terceiro o artigo 21 do projeto de lei número 16, de 27 de maio de 2026, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária do município de Orlândia para o período de 2027." **PRESIDENTE:** Passo a palavra para o autor da emenda aditiva 002/2026, vereador Antônio Carlos Leite. **ANTÔNIO:** Sr. Presidente, mesa, essa emenda aditiva tem a ver com o projeto de lei, de lei orçamentária. As diretrizes para a elaboração da lei orçamentária. Sempre me preocupa as prioridades do município. E a gente vai pensando, pensando como podemos ajudar o município a estabelecer prioridades. E a gente sempre está discutindo, poderia fazer isso? Poderia fazer aquilo? Não poderia? Tem dinheiro? Não tem dinheiro? E estamos entrando em fases difíceis de dinheiro, de orçamento. Foi pensando nisso que eu propus essa emenda aditiva. É a emenda que deve constar da casa de todo mundo, ou deveria pelo menos. Tem dinheiro para gastar? Está entrando mais dinheiro do que saindo, então você pode se dar ao luxo de fazer alguma extravagância? Não tem dinheiro? Então você prioriza as coisas essenciais. Isso aqui é simples, essa emenda não é nenhuma proibição. Estou apenas propondo que conste do orçamento que se houver superávit orçamentário, então o prefeito está autorizado a fazer show, a fazer festas, a fazer eventos. Se houver déficit, ou seja, se não estiverem entrando os recursos estimados, aí acende a luz vermelha e o chefe do executivo diz, olha, agora eu não posso fazer isso, como aconteceu. Nesse ano, o chefe do executivo não cancelou a festa que nós tínhamos, festa do peão, por quê? Está entrando menos recursos, então é preciso priorizar. Ontem e hoje nós vimos que a Justiça Estadual proibiu e cancelou o rodeio em Salles de Oliveira. Por quê? Pouca verba, é necessário estabelecer prioridades e às vezes o prefeito tem alguns compromissos políticos e às vezes ele quer fazer. Por quê? E mesmo não tendo recursos, às vezes ele faz, com essa emenda aditiva. O prefeito, então, antes de qualquer evento, ele vai verificar na sua contabilidade, na sua administração, tem verba, tem superávit, então vamos fazer festa. Não, não tem superávit, não está entrando recurso, estamos em déficit, então não pode fazer a festa. Essa emenda se trata disso, para estabelecer prioridades e ajudar. Vocês não imaginam como eu quero ajudar o município, a prefeitura a fazer uma boa administração, mas nós não fazemos uma boa administração se não houver prioridades. E dói! Todo mundo quer festa, mas tem que ter dinheiro. Então essa emenda se trata disso. Eu espero a apreciação dos nobres vereadores e conto com o bom senso e a apreciação de todos. Muito obrigado, Sr. Presidente. **PRESIDENTE:** Boa noite a todos novamente. Até vou deixar claro aqui o meu voto de contrário a essa emenda aditiva, por causa do parecer do nosso jurídico achar essa emenda, achar não, né? Considerar essa emenda inconstitucional. Então daqui já abro meu voto de contrário



a essa emenda por esse motivo. Não havendo mais inscritos, solicito ao segundo secretário que proceda a chamada dos senhores vereadores para a primeira votação da mesma. **PRESIDENTE:** Não havendo mais inscritos, solicito ao segundo secretário, vereador Luis Donizeti da Cruz - Ratinho, para que faça chamada dos senhores vereadores para a primeira votação da mesma. **LUIS:** Antônio Carlos Leite. **ANTONIO:** Favorável. **LUIS:** Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Contrário. **LUIS:** Gilson Moreira. **PRESIDENTE:** Contrário. **LUIS:** João Vítor Alves Pardal. **JOÃO:** Contrário. **LUIS:** Juliane Fernanda Pompilio. **JULIANE:** Contrário. **LUIS:** Luis Donizeti da Cruz - Ratinho. Contrário. **LUIS:** Max Leonardo Define Neto. **MAX:** Pela aprovação. **LUIS:** Paulo Rodrigues Alves Pereira- Porkim. **PAULO:** Contrário. **LUIS:** Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL:** Contrário. **LUIS:** Sebastião Atilio da Silva, Nego da Maruca. **SEBASTIÃO:** Favorável. **LUIS:** Vitor Fávaro Tonetto. **VITOR:** Contrário. **PRESIDENTE:** EMENDA EM PRIMEIRA VOTAÇÃO REJEITADA POR 08 (OITO) VOTOS CONTRA 03 (TRÊS). **JULIANE:** EMENDA MODIFICATIVA N 001/2026, de autoria do vereador Antônio Carlos Leite, *"Apresentando emenda modificativa aos incisos primeiro e segundo do artigo dezessete constante do projeto de lei número dezesseis de vinte e sete de maio de dois mil e vinte e seis, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária do município de Orlândia para 2027 onde passará a vigorar com a seguinte redação: Artigo 17. Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de cinco por cento do orçamento das despesas nos termos do inciso quinto do artigo cento e sessenta e sete da Constituição Federal. Realizar transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro até o limite de cinco por cento do orçamento das despesas nos termos do artigo 167, inciso VI da Constituição Federal."* **RAFAEL:** Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura. **PRESIDENTE:** Dispensa concedida. Passo a palavra ao autor da emenda modificativa n. 001/2026, vereador Antônio Carlos Leite. **ANTÔNIO:** Enfim, é a última emenda porque se trata da lei de diretrizes orçamentárias e essa Lei de Diretrizes Orçamentárias é uma lei que vem uma vez por ano então a gente tem que aproveitar a oportunidade pra colocar ali os nossos pedidos os nossos anseios, enfim, no ano passado, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Plano Plurianual, ele estabelecia a liberdade do prefeito fazer essa movimentação financeira, a liberdade de 10%. Quando eu olhei, eu percebi que o valor era muito alto, o percentual era alto. O livre remanejamento é aquele poder que o prefeito tem de tirar de uma conta e colocar na outra sem passar pela Câmara. Se nós considerarmos um orçamento de 300 milhões, ele praticamente tem 30 milhões que ele pode remanejar de uma conta para outra sem passar. Então, no ano passado, eu já apresentei essa emenda, foi aprovada, para que, em 2026, portanto, o prefeito tivesse a limitação de 5% de movimentação orçamentária. Quando a Lei de Diretrizes Orçamentárias veio a essa Casa de Leis esse ano, ele não manteve os 5%. Ele retornou a pleitear a liberdade de movimentação de 10%. E eu entendo que 10% é muito. Tem que ser 5% para que



passa pela Câmara. Nós não queremos rejeitar nenhum remanejamento. A gente entende que faz parte do... Não está gastando aqui, tira daqui, coloca ali, não há problema. Mas que passe por essa Câmara, porque 11 pessoas, 11 vereadores analisando, pode ser que nós tenhamos um pensamento diferente. E, no mínimo, quando passa pela Câmara, isso ganha publicidade. Todo mundo fica sabendo de onde o prefeito está tirando e onde ele está colocando. Então, essa emenda trata disso. E espero a apreciação dos nobres vereadores, porque diminui de R\$ 30 milhões para R\$ 15 milhões. Portanto, mais ou menos, o livre poder de remanejamento do prefeito. Muito obrigado, Sr. Presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL:** Boa noite novamente, Sr. Presidente. Parabenizando novamente o ano passado, quando o Sr. trouxe essa emenda, Dr. Leite. Nós votamos ela para que realmente pudesse passar todas as aprovações de transferência, remanejamento de valores aqui pela Câmara. Eu acho que nós, como Legislativo, o Sr. bem disse que nós somos poderes distintos, nós temos que sim, em alguns momentos, trabalhar junto, dar propostas, mas também nós temos que, juntos, o Legislativo, fiscalizar o Executivo. Então, quanto menos valor remanejando a gente puder votar aqui para realmente dar o aval, eu acho que isso é importante para o nosso controle representando a população. Parabéns, serei favorável a essa emenda. **PRESIDENTE:** Não havendo mais inscritos, solicito ao segundo secretário, vereador Luis Donizeti da Cruz - Ratinho, para que faça a chamada dos senhores vereadores para a primeira votação da mesma. **LUIS:** Antônio Carlos Leite. **ANTONIO:** Favorável. **LUIS:** Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Favorável. **LUIS:** Gilson Moreira. **PRESIDENTE:** Favorável. **LUIS:** João Vítor Alves Pardal. **JOÃO:** Favorável. **LUIS:** Juliane Fernanda Pompilio. **JULIANE:** Favorável. **LUIS:** Luis Donizeti da Cruz - Ratinho. Favorável. **LUIS:** Max Leonardo Define Neto. **MAX:** Pela aprovação. **LUIS:** Paulo Rodrigues Alves Pereira- Porkim. **PAULO:** Favorável. **LUIS:** Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL:** Favorável. **LUIS:** Sebastião Atilio da Silva, Nego da Maruca. **SEBASTIÃO:** Favorável. **LUIS:** Vitor Fávaro Tonetto. **VITOR:** Favorável. **PRESIDENTE:** EMENDA EM PRIMEIRA VOTAÇÃO APROVADA POR UNANIMIDADE. **JULIANE:** PROJETO DE LEI 16/2026, de autoria do Poder Executivo que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2027 e das outras providências." **JOÃO:** Sr. Presidente, peça dispensa da leitura. **PRESIDENTE:** Dispensa concedida, já que a matéria é de conhecimento de todos. **JULIANE:** Parecer jurídico: favorável, pela legalidade do projeto. Parecer da comissão Justiça e Redação: pela apreciação em plenário. Parecer da comissão Orçamento, Finanças e Contabilidade: pela aprovação. **PRESIDENTE:** Coloco em primeira discussão o Projeto de Lei n. 016/26, de autoria do Poder Executivo. Não havendo inscritos, solicito o segundo secretário, vereador Luis Donizeti da Cruz - Ratinho, para que proceda a chamada dos senhores vereadores para a primeira votação do mesmo. **LUIS:** Antônio Carlos Leite. **ANTONIO:** Favorável. **LUIS:** Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Pela aprovação. **LUIS:** Gilson Moreira. **PRESIDENTE:** Favorável. **LUIS:**



João Vítor Alves Pardal. **JOÃO:** Favorável. **LUIS:** Juliane Fernanda Pompilio. **JULIANE:** Favorável. **LUIS:** Luis Donizeti da Cruz - Ratinho. Favorável. **LUIS:** Max Leonardo Define Neto. **MAX:** Pela aprovação. **LUIS:** Paulo Rodrigues Alves Pereira- Porkim. **PAULO:** Favorável. **LUIS:** Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL:** Favorável. **LUIS:** Sebastião Atilio da Silva, Nego da Maruca. **SEBASTIÃO:** Favorável. **LUIS:** Vitor Fávaro Tonetto. **VITOR:** Favorável. **PRESIDENTE:** PROJETO EM PRIMEIRA VOTAÇÃO APROVADA POR UNANIMIDADE. **JULIANE:** PROJETO DE LEI 18/2026, de autoria do Poder Executivo que *"Dispõe sobre aprovação de um crédito adicional suplementar no valor de 600 mil reais. O prefeito do município de Orlândia, Estado de São Paulo, nos da atribuição que lhe confere o inciso 2º do artigo 90 da Lei Orgânica do município de Orlândia."* **PAULO:** Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura. **PRESIDENTE:** Dispensa concedida. **JULIANE:** Parecer jurídico: pela legalidade do projeto. Parecer da comissão justiça e redação: pela apreciação em plenário. Parecer da comissão orçamento, finanças e contabilidade: pela aprovação. **PRESIDENTE:** Coloco em discussão o projeto de lei 018-26, de autoria do Poder Executivo. **JULIANE:** Passo a palavra Luis Donizeti da Cruz - Ratinho. **LUIS:** Boa noite, senhor Presidente. Boa noite, novos colegas. Só frisando aqui que esse dinheiro que está na conta da prefeitura, esse crédito adicional que está sendo transferido para a Secretaria de Promoção Social, trata-se de emendas parlamentares, aquelas emendas que eu já citei aqui, do deputado federal Baleia Rossi e deputado estadual Leo Oliveira. Esse dinheiro que vai ser repassado, que é os 100 mil reais para o asilo, 100 para o Instituto Osório Herberto Mendonça e 200 mil para o Projeto Vitória. Então, isso aí trata-se de emendas parlamentares. Só isso, senhor presidente. Muito obrigado. **PRESIDENTE:** Não havendo mais inscritos, solicito ao segundo secretário, o Ratinho, para que faça a chamada dos senhores vereadores para a votação do mesmo. **LUIS:** Antônio Carlos Leite. **ANTONIO:** Favorável. **LUIS:** Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Favorável. **LUIS:** Gilson Moreira. **PRESIDENTE:** Favorável. **LUIS:** João Vítor Alves Pardal. **JOÃO:** Favorável. **LUIS:** Juliane Fernanda Pompilio. **JULIANE:** Favorável. **LUIS:** Luis Donizeti da Cruz - Ratinho. Favorável. **LUIS:** Max Leonardo Define Neto. **MAX:** Pela aprovação. **LUIS:** Paulo Rodrigues Alves Pereira- Porkim. **PAULO:** Favorável. **LUIS:** Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL:** Favorável. **LUIS:** Sebastião Atilio da Silva, Nego da Maruca. **SEBASTIÃO:** Favorável. **LUIS:** Vitor Fávaro Tonetto. **VITOR:** Favorável. **PRESIDENTE:** PROJETO APROVADO POR UNANIMIDADE. Terminada a ordem do dia, passaremos a palavra livre. **JOÃO:** Sr. Presidente, peço a dispensa. **PRESIDENTE:** Dispensa concedida. **MAX:** Presidente, também peço a dispensa, por favor. **PRESIDENTE:** Dispensa concedida, Max. **JULIANE:** Passo a palavra para Paulo Rodrigues Alves Pereira - Porkim. **PAULO:** Boa noite, Sr. Presidente, vereador, vereadores, todos aqui presentes. Hoje eu uso a minha palavra para poder dar uma satisfação para a nossa população, que eu venho sendo bastante cobrado, venho recebendo bastantes pedidos, sobre as empresas que não temos hoje em Orlândia, que é a empresa que faz o tapa-buracos, a empresa



que faz valetas e lombadas, e a empresa que faz essas obras de galerias de águas pluviais, porque eu venho recebendo bastante pedido e não tem como eu entregar para a nossa população por conta disso, então é mais para poder dar uma satisfação para a nossa população. Muito obrigado, Sr. Presidente. **RAFAEL:** Porkim, me dá uma parte só para cumprimentar. As lombadas e as valetas a gente não tem desde 2025. A gente vem cobrando, a gente tem locais que a gente precisa colocar isso, não por simplesmente ter uma lombada ali, ou uma valeta, mas por segurança de um trânsito que hoje é muito acelerado aqui no nosso município. Todas as nossas vias, elas vão e voltam. Então a gente solicita isso, não simplesmente por colocar uma lombada e pintar de laranja ali para ficar bonito, ou amarelo. A gente coloca mais pela segurança viária do nosso município. E realmente, eu fiquei imaginando a semana passada, Porquinho, hoje nós não temos a empresa de tapa-buracos no município, até por uma ocasião que a própria empresa abandonou o barco aqui do município. Então isso não tem tanta interferência da prefeitura. Mas a gente já deveria ter uma nova licitação para que uma empresa viesse no município para fazer o tapa-buraco, porque eu imagino que se abrir uma valeta, um buraco e uma rua, dificilmente a gente vai ter uma empresa para tapar aquele buraco ali. E também as galerias pluviais. Solicito que o Executivo dê uma passada em frente aos condomínios, atrás do posto historio, em vários pontos que tem a galeria pluvial prejudicada. Eu tenho a convicção certa, se fosse na casa de uma dessas pessoas que hoje está dentro da prefeitura, isso já deveria ter sido arrumado. Então fez uma, que é lá na Avenida 6, próximo do anel viário Davi Alves, e eu acho que deveria continuar. E dou os parabéns hoje para a equipe do Almoxarifado, que, com muita garra, começou fazendo isso, o presidente, e deu conta de terminar aquela que estava prejudicando, inclusive, uma oficina e vários moradores ali do bairro. Então que a gente possa trazer isso de volta às nossas vias municipais, porque tem muitos locais com incidência de muita galeria pluvial prejudicada. E galeria pluvial, quando começa a chuva novamente, você sabe que isso é capaz de estourar outros pontos. Então nós precisamos consertar o que nós temos hoje de errado, e sim, Porkim, parabéns pela sua indicação, que nós precisamos ter as equipes para trazer esse serviço corretamente no município. Obrigado. **JULIANE:** Passa a palavra para Sebastião Atilio da Silva, Nego da Maruca. **SEBASTIÃO:** Boa noite novamente a todos, Sr. Presidente, Sra. Vereadoras, Sra. Vereadores, imprensa escrita e falada, ouvidos, quero, desde já, agradecer a minha família, minha esposa, que está sempre presente ao meu lado, mesmo levantando todo dia, 3h30 da manhã, mas está aqui, do meu lado, até a hora que a reunião terminar. Quero dar um grande abraço ao Bruninho, que está sempre presente com a gente. Não posso esquecer também, a minha neta me comprovou, a gente te ama tanto, e você não fala meu nome, a Luísa. Quero dar os parabéns para a Luísa, mandar um grande abraço para ela, minha neta, que vem acompanhando o nosso trabalho, e todas as netas, vem a Isabela, vem a Dada, então, quero agradecer a todos que estão ao meu lado, me



ajudando, e pedir para o Sr. Prefeito ter uma tampa de um bueiro, lá na Rua 26, com a Avenida 16, em frente a uma sorveteria, vai machucar alguém. Eu já fiz esse pedido há vários dias, e não foi feito. Mas eu vou ver com o Luís do almoxarifado, que sempre está acompanhando, sempre está fazendo o que a gente vê que tem que fazer. Não está agradando, eu sei que está fazendo o seu dever, mas está fazendo. Então, quero mandar um grande abraço para o Luís, para a Renata, esposa dele, e para a Patrícia, para todos da promoção social, incluindo todos do Conselho Tutelar, a gente está sempre junto, ouvindo as opiniões, e passando as opiniões para eles, e graças a Deus está dando tudo certo. Então, não que tudo dá certo, mas, na medida do possível, estão fazendo o que precisa. Quero agradecer à população, que a gente está trabalhando na rua, com todo mundo aí, e aonde que a gente está, está, graças a Deus, recebendo o grito de Nego da Maruca. Então, quero agradecer à população por conhecer o Nego da Maruca, e por torcer para a minha vida, e por mim aí. Quero agradecer a todos os vereadores que estão na luta aí, e talvez a gente, se chegar, tenha alguma coisa contrária uma à outra, eu penso até desculpa, mas opinião, cada um tem a sua, e quero que vocês entendam que a gente vem desde 97 trabalhando nessa posição, então é o jeito que eu vou trabalhar. Não vou conseguir ficar brigando e nem falando do prefeito, porque eu vou lá e puxo a orelha dele, isso aí eu garanto, que eu converso com ele mesmo, e eu não tenho dó de chamar atenção, mas é o meu jeito de trabalhar. Atrapalhei, eu acho que atrapalhei muito o Dr. Orsi em 97, até 2000, porque a gente trabalha sempre correndo atrás de coisas que a gente via, mas eu preferi, daí para frente, os outros mandados, trabalhar, diferente, trabalhar, correndo atrás do prefeito e falando com ele. Se faz, faz, se não faz, ou mesmo pedir, eu faço. Tem muitos pedidos que a gente faz, a gente está vendo que não está sendo feito, é como o Sr. Leite falou, tem que fazer essa economia para fazer as coisas mais necessárias, até sobre o rodeio, o que eu entendi que o Leite quis dizer, que até não foi errado, a população que perdoa, todo mundo quer festa, até eu quero, e graças a Deus, a gente luta aí para ajudar a população no que precisa, no que gosta, no que tem que fazer, mas agora está em uma posição que nós temos que mais arrecadar do que gastar. Então, nesse caso, até nos parabéns. O mais, eu quero agradecer a todos, o Serginho está sempre presente aqui, Fumaça, a senhora aí, que foi, graças a Deus, é a surpreendente nossa, que está na luta e está todo dia presente aqui, é uma mulher que respeita, merece muito nosso respeito, nosso carinho. Então, agradecendo a todos aí, eu quero dar os parabéns a todos. Muito obrigado, e a luta vem desse jeito aí. Pode falar Porkim. **PAULO:** Sobre o banheiro lá de frente, a sorveteria, você chegou lá conferir? Porque esse dia eu passei lá, que eu tinha solicitado, eu passei lá, só que estava chovendo, acabei não parando, mas deu para perceber que tinham mexido lá, não sei se foi o próprio morador que deu uma manutenção lá, ou se foi o próprio almoxarifado que foi lá e consertou, porque estava chovendo. **SEBASTIÃO:** Eu não queria comentar mais, então vou comentar o que aconteceu. Eu venho pedindo, já



aqui, está gravado aqui, está na câmera, se for puxar lá, vai ver a minha palavra, o que eu falei, o pedido que eu venho fazendo dessa tampa de bueiro, já há mais de seis meses. E aí, domingo agora, eu estava trabalhando, cheguei na minha casa, tinha um senhor sentado em frente da minha casa, que tem lá alguns banquinhos para que a gente, a população goste de ficar lá, e um senhor de Salas Oliveira, falou para mim que tudo que está sendo feito ali é a pedido dele. Ele falou, vocês não conseguem nada sendo vereador, e eu consigo. Pedi para o Leonardo, e o Leonardo veio e fez. Eu não queria citar, porque a gente, é o que eu estou te falando, não gosto de ficar falando, mas eu acho que deveria considerar mais o nosso pedido, que o vereador Nego da Maruca, dentro do teu bairro, lutando, pedindo, ainda procuraram lá, mas esse senhor perguntou para a senhora da sorveteria lá, mas o Nego da Maruca não pede, não corre atrás de fazer. Ela falou, até já pediu, até a gente pede para ele aí, mas não foi feito. Imediato, porque ele pediu, imediato foram lá e fizeram o conserto na calçada, em algumas coisas, mas não colocou a tampa do bueiro, e prometeu que essa semana põe a tampa do bueiro. Então, se pôr a tampa do bueiro, é que eu vou ficar mais magoado ainda. Eu estou fazendo o pedido, mas estamos dando uma tristeza, porque o que o nosso vereador pede, não consegue. Agora, você vê, vem uma pessoa lá de Salas Oliveira, faz o pedido, porque é amigo do prefeito, vai ser feito. Ou amigo do Leonardo, que disse que jogou bola com o Leonardo, era amigo do Leonardo. Então, se isso aí acontecer, é onde que a gente vai ver a política, o que está acontecendo é política. Eu não queria citar isso aí, mas quando você fez a pergunta, eu estou assim, magoado, triste por isso aí, mas não vou deixar de ajudar o prefeito, não. Porque se eu deixar de acompanhar o trabalho do prefeito, o trabalho na cidade, eu vou atrapalhar a população. Nem pelos meus pedidos, que não estão sendo feito, que me entristece. Porque é o que eu te falo, todo mundo tem família. E minha família está ouvindo isso aí. A minha família é muito grande, quase 400 pessoas, é muito grande a família. Então, todo mundo está ouvindo que o negro da maluca não consegue nada. É por isso que eu cheguei a falar, não citei nada mais, mas cheguei a falar que a Vila Bucci está desprezada, está abandonada, está tocando do jeito que quer. E foi uma família que teve 80% de voto para o Sr. Thor. Então, agora, como você fez a pergunta, me perdoa, Sr. Prefeito, mas eu tenho que falar a realidade. Vereador aqui, pedido aqui, eu acho que não adianta. Mas não vou deixar de pedir para o sr. não, que eu tenho certeza que o sr. vai ainda ter consciência, como eu gosto do sr., o sr. vai gostar de mim. Esquece coisa política, esquece que eu lutei contra o Sr., porque eu lutei mesmo, trabalhei mesmo contra o Sr., trabalhei para o Zordan, esquece isso aí. E tenta fazer o possível, porque eu não vou deixar de te ajudar, não, eu vou te ajudar. Não tem quem me puxa a orelha porque eu sou de outro partido. Eu não sou de outro partido, não. Eu sou partido do povo. E aí, agora então, dizendo o que eu estou passando aí, uma tristeza por não fazer para a vilinha, já propus até de mudar da vilinha, porque a minha família me acolhe em



outro lugar, para fazer para a vilinha, mas não faz, então eu não posso fazer nada. Eu, a população tem que saber que eu estou pedindo sim. E vamos ver, resposta vem. Vai recapear a Avenida 13, vai, não sei o que tem, vai, não, vai fazer a calçada. Eu não vou cansar de pedir, vou pedir até no fim do mandato. Só que um ano antes dessa calçada não ser feita, por política, eu vou dar um jeito de pedir para a população e vou conseguir. Vou fazer essa calçada. Porque isso aí, para ajudar a população, eu tenho certeza que o senhor promotor vai me autorizar, o Ministério Público vai me autorizar. A gente não pode gastar, mas pedir, ajudar e fazer, pelo menos voluntariamente eu dou conta. E isso eu posso. Então, ao mais, só agradeço. Senhor Prefeito, vê o que está acontecendo, o que não está certo. Muito obrigado. Senhor Presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para o Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Boa noite, seu Presidente, mesa, nobres edis, imprensa escrita e falada, munícipes que nos acompanham aqui nessa Casa de Leis e que nos acompanham pelos meios de comunicação. Quero iniciar essa fala, quero fazer uma reflexão. Algumas sessões passadas eu disse que o tempo iria explicar, iria esclarecer algumas situações. E nós viemos falando sobre saúde, falando de falta de médicos, de medicamentos, e sempre é rebatido que está sempre tudo em ordem. E agora o próprio Executivo apresenta o Projeto 015, solicitando 5 milhões de crédito adicional, justamente para ajudar na saúde. Interessante é que esses 5 milhões estão para aquisição de medicamentos, exames, transporte de pacientes e até mesmo pagamentos. Então é o que eu sempre digo. Às vezes as pessoas acham que a fala do vereador é uma fala que tenta colocar a população contra o governo, mas nós estamos no dia a dia, nós estamos acompanhando. E aí eles vêm e apresentam números, números, números, mas não sabem a realidade que está acontecendo. Então eles mesmo provaram que tudo que nós falamos aqui na sessão tinha embasamento. Nós não estávamos falando aqui nada para mais, porque eles mesmo pediram um crédito adicional para a saúde. Então isso mostra que cada vereador, quando aponta um assunto dentro dessa Casa de Lei, ele aponta porque ele sabe o que está acontecendo lá fora. Diferente de alguns que ficam atrás de mesa, atrás de um arzinho condicionado, eu vejo vereadores todos os dias andando vilinha, brasão, gruta, todos os cantos da cidade. Então está aqui a prova que o próprio executivo trouxe para nós. Quero até agradecer o executivo por trazer esse projeto de lei e mostrar para a população a realidade. O segundo assunto que eu gostaria de falar, senhor Presidente, é sobre o comitê de fiscalização. Eu venho falando desse comitê há alguns dias e é impressionante. Eu não vejo ninguém fiscalizar, eu não vejo nenhuma atitude sendo tomada com a empresa Sanior. Eu fiquei um período sem falar da empresa, mas monitorando, acompanhando. Eu coloquei um vídeo nas minhas redes sociais no sábado, 8h15 da noite, onde a quantidade de água que estava sendo desperdiçada de um dos reservatórios era absurda. E, coincidentemente ou não, na sexta-feira aconteceu o mesmo problema. E aí eu perguntei nos meus status, perguntei no vídeo do comitê

7099



fiscalizador. E o interessante é que no dia 13 de maio do ano passado, o prefeito veio a público e falou que tinha multado a empresa Sanor em R\$ 564 mil. Um ano depois, e até o presente momento, ninguém ouviu falar dessa multa mais. A impressão que eu tenho é que aquela fala dele foi só para dar uma apaziguada, porque nós estávamos 220 no acelerador falando da Sanor, falando do comitê, e um ano se passou, mais de um ano, e os problemas são os mesmos. Extravasamento de esgoto, extravasamento de água limpa, buraco na rua, cavalete na rua, e até agora ninguém se fala nada. Eu queria ver o comitê fiscalizador andando na rua. Eu queria ver eles à noite, teve até alguém que deve ser do meio deles lá, falando assim, é só ligar para o Roberto que ele vai resolver. Sim, vai resolver. Eu mandei mensagem, pedi, resolveu o problema. Mas a minha pergunta é, cadê quem deveria estar fiscalizando? Cadê as pessoas que foram nomeadas nesse comitê para fiscalizar o contrato, para fiscalizar o que está de errado, que eu até o presente momento não vi. Eles enviaram aqui um monte de documento, um monte de papel, e eu vou falar um algo aqui, que tem várias denúncias que eles mandaram, que eles perguntaram para mim. Eles olharam meus status e falaram assim, aonde está esse extravasamento, aonde está isso? E eu falava, inclusive em um dos vídeos que eu coloquei essa semana que passou, alguém foi lá no meu status, que é envolvido com a administração, com os comissionados, e falou assim, você tem que colocar o endereço. Eu respondi para a pessoa, não, eu não trabalho para você, não trabalho para o comitê. Se você quiser procurar, sai para a cidade e procura. Aí a pessoa, obrigado pela educação. Eu falei, disponha. Eu não sou obrigado a ficar apontando o problema, indo lá buscar a pessoa e levar. Não, não, o meu papel eu estou fazendo, que é fiscalizar, inclusive eu até estava falando com o doutor Leite sobre uma representação do Ministério Público sobre essas coisas que têm acontecido, e as pessoas parecem que estão contra nós que estamos fazendo o nosso trabalho. Então fica aqui mais uma vez a minha indignação quanto ao Comitê Fiscalizador, que para mim até o presente momento não tem fiscalizado absolutamente nada. E eu vou enviar um ofício solicitando como está o andamento dessa multa, porque um ano se passou, o próprio chefe do Executivo falou que tinha multado. Então se houve a multa, tem que ter o pagamento. Então preciso saber se está recorrendo, se está em prazo de recorrer, porque a população ficou com essa informação na cabeça, e até o presente momento eu não vi nada acontecer. Muito obrigado, Sr. Presidente. **PRESIDENTE:** Clodô, me permite uma pergunta? Esse problema de vazamento é naquela caixa do reservatório, lá na 16, no Brazão? **CLODOALDO:** Esses dois que eu apontei estão na Rua 12, com a Avenida J, naquele perto do Mialich, nas costas do Mialich. **PRESIDENTE:** É porque lá também, na 16, no Alto do Brazão, lá também teve um problema parecido. **CLODOALDO:** Na 16... Uma moradora me mandou o vídeo e eu tinha passado o tempo, o Roberto da Sanor também. Atrás dos condomínios também acontece com frequência, então essa conta, alguém tá pagando essa água que tá sendo jogada fora. É muita, a quantidade é muita,



aí eu fiz questão de filmar, ó, o Gerinho vai colocar ali ó. Olha a quantidade de água, isso horas vazando. Então assim, a empresa não vai ficar no prejuízo com essa quantidade de desperdício. Alguém está pagando essa conta. Então assim, eu só gostaria que o comitê que foi feito para fiscalizar, realmente saísse, fiscalizasse, notificasse e apresentasse uma solução para o povo poder ver que realmente eles estão trabalhando. Porque isso, repito, eu falei em algumas sessões atrás, mas vou repetir. Foi uma promessa de campanha, foi feita uma campanha em cima do assunto da Sanor. Um ano e seis meses se passou e a Sanor continua fazendo da mesma forma que sempre foi feito. Então não pode ser usado um assunto tão importante, tão sério, em uma campanha política e depois o povo continuar pagando o castigo da forma que está sendo paga. Muito obrigado, Sr. Presidente. **PAULO:** Clodô, um aparte? Aproveitando um assunto que o Gilson citou lá da 16 com a Z, lá já vem de tempos vazando, aí vinha cobrando, cobrando, aí agora eles foram lá e mudaram o sistema. Agora ao invés de vazar para baixo que transbordava dentro da casa da pessoa, eles colocaram para a rua 16, agora vaza para a 16 e desce pela Z. Porque antes ele transbordava dentro ali do terreno e infiltrava tudo dentro da casa da pessoa. Inclusive, eu venho ocorrendo atrás da Prefeitura, da Sanor, a casa da pessoa lá detonou. Você vê as rachaduras, você coloca o braço, detonou a casa da pessoa de tanto, infiltra a água, a água entra por dentro e vaza dentro da cozinha, da sala, sai para o quintal e sai para a rua. Então acabou com a casa da pessoa. Isso aí a pessoa tem que ser ressarcida. A Sanor, a Prefeitura, juntar os dois, não sei, é comprar uma casa nova para a pessoa, reformar essa casa para essa pessoa, porque detonou a casa dessa pessoa. Então eu queria só aproveitar esse assunto. Obrigado. **RAFAEL:** Clodoaldo, você me dá um aparte? Eu preciso frisar isso. É evidente que, acredito que nós todos aqui, o Roberto, o funcionário, a pessoa em si, tudo o que nós pedimos, ele está sempre de prontidão para atender. Mas é evidente também que muitas coisas a Prefeitura não tem feito. Que o poder concedente é a Prefeitura e a concessionária Sanor. No caso, eles têm todo o teor para que pegue um contrato, que eu ouvi muito isso. Nós vamos debruçar o contrato para estudar o contrato, ver o que pode ser feito. Tenho certeza que não leram nem dez cláusulas desse contrato com a Sanor. Tenho convicção certa. Sabe por quê? Eu e o Clodoaldo colocamos um projeto contra esgoto vazando lá em 2025. Nem sequer o Executivo falou, olha, parabéns pelo projeto. Nós precisamos ir juntos, sim, porque realmente tem esgoto vazando e tem até hoje. Recentemente, nós colocamos, quando eu falo nós colocamos, eu ou qualquer um de vocês vereadores, um projeto contra, não é contra a instalação do hidrômetro na calçada, é contra a obrigatoriedade de forçar a pessoa para que ela instale um hidrômetro na calçada. Eu tenho visto, Sr. Presidente, e várias pessoas me mandando aqui, que eles forçam as pessoas a colocar o hidrômetro na calçada. Eu tenho vários relatos. Então, quando eu apresentei um projeto aqui, não é para dizer que é proibido colocar na calçada, é que é proibido forçar as pessoas, porque



ela está infringindo a empresa os códigos de defesa do consumidor. Porque até a própria Sanor, até a própria empresa, colocou um comunicado na época que tem três formas de colocar o hidrômetro. Ou dentro da residência, ou na divisória da calçada, que é o muro, para dentro do terreno, ou na calçada. Então, como assim forçando as pessoas a colocar o hidrômetro na calçada? Então, Sr. Presidente, concordo que tem muitas casas que não tem o hidrômetro para a rua, não tem o visor, que aí sim precisa ser colocado de uma forma ou de outra, mas não que força essas pessoas. Porque tem muitas casas que têm o hidrômetro com o visor e eles estão colocando um novo na calçada. Então, Sr. Presidente, gostaria sim de aproveitar a sua palavra, Clodoaldo, e cobrar mais fiscalização realmente do comitê. O comitê foi criado o ano passado não para passar um docinho na boca dos vereadores, é feito para fiscalizar e nós estamos cobrando para que o comitê funcione. Porque todo dia tem reclamação da Sanor no meu telefone, todo dia tem um esgoto vazando, todo dia tem uma conta absurda de água. Eu tenho as provas de todos os relatos. Então, não é possível que isso não está chegando para o poder concedente, que é a Prefeitura. Gostaria sim, Clodoaldo, e parabéns pelo seu posicionamento, de cobrar mais fiscalização do comitê. Nós temos, em um ano e meio, nós tivemos, recente agora, acho que dois meses atrás, um relatório do que o comitê estava fazendo. Sr. Presidente, aquilo lá só escrito com Chat GPT não funciona aqui não. Obrigado, boa noite. **JULIANE:** Passo a falar para o Antônio Carlos Leite. **ANTÔNIO:** Sr. Presidente, Mesa, nobres vereadores, aqueles que nos acompanham pela internet e aqueles que estão presentes nesta Casa de Lei. Essa casa é do povo. Me uno aos vereadores hoje que estão se posicionando em relação à concessão do serviço de água. Nesta semana, encaminhei, depois de reiterados pedidos, uma denúncia ao Ministério Público tratando exatamente disso. Porque o contrato de concessão dos serviços de água define na sua vigésima cláusula a possibilidade de uma revisão quadrienal de quatro em quatro anos, assinado em 23, em 25/3 /2022, em 25/3/2026, completaram quatro anos. Os quatro anos se completaram. E mandei, através da Câmara, através de requerimento, para que a Prefeitura se apresentasse para essa revisão quadrienal. Não apresentou nada. E eu quero sublinhar que, nessa cláusula número 20, no sub-item 20.4 desse contrato, Rafael, que eu concordo, que não foi lido pelo Poder Concedente, pelo menos por esse que entrou. Porque houve promessa de se aprofundar nesse contrato. Todas as vezes que há uma reclamação, alguém diz, ah, está no contrato, então leia o contrato. Olha o que poderia ser inserido nessa revisão quadrienal. Alteração dos prazos e condições para o cumprimento das metas da concessão. Ou seja, há um prazo para tratar esgoto, mas na revisão nós poderíamos alterar para diminuir isso. Era o momento. Poderia eu tratar, na linha B dessa cláusula 20, no sub-item 4, a supressão ou aumento dos encargos para a concessionária. Ou seja, nós poderíamos tratar do preço. Hoje pagamos o preço do esgoto, igual ao preço da água, sem uma aferição objetiva. Não se mede quando exatamente cada consumidor usa, sobretudo porque esse esgoto não é



tratado. Alterar o prazo da concessão, a cláusula 20, no seu sub-item 4, inclusive prevê a possibilidade de, numa revisão, alterar o prazo da concessão. E a Prefeitura nem se apresentou. E outras questões mais. Essa questão do hidrômetro na calçada nem consta do contrato. Eu represento o povo. Pedir, pedir, pedir. Não fez. Enviei ao Ministério Público. Eu espero que o Ministério Público, analisando essa questão, possa fazer com que essa revisão aconteça e nós possamos participar dessa revisão para o bem do povo. Eu não estou pedindo para mim, não. Não estou pedindo para mim, não. Eu pago a minha conta em dia. Nunca questionei uma conta. Estou pedindo para o povo. Então, enviei ao Ministério Público. Eu não estou pedindo improbidade administrativa do prefeito, não. Eu só estou pedindo para que ele vá lá e fale assim, eu quero fazer a revisão desse contrato. Não denunciei no Ministério Público para a cassação do prefeito, não. Podem ficar tranquilos. Eu respeito o mandato dele, está lá. Eu não pedi para caçá-lo. Não pedi por improbidade, Sr. Presidente. Só pedi para que o executivo vá ao concessionário, ou ambos se juntem e vamos revisar esse contrato, porque há uma grande insatisfação. Em segundo lugar, eu gostaria que o Rogério colocasse essas imagens. Não é nenhuma floresta. Pode ir passando, Rogério. Não é floresta. Não é floresta. Não é nem um horto florestal. Deus quiser se fosse. Não é. Olha ali. Olha lá. Não é nenhuma foto de alguma favela, não. De alguma cidade grande, abandonada, não. Isso aí, pode ir passando, Rogério. Na hora que terminar, você deixa a última imagem. Isso aqui é a calha do Córrego dos Palmitos, que eu estou pedindo há um ano e meio, e em um ano e meio foi feita uma limpeza disso aí. Eu não admito que o meu povo, que o meu povo more no meio do mato, enquanto a cidade inteira tem o canteiro central cuidado, tem o mato cortado. É lógico que tem outras áreas que não estão tão bem. Mas é aqui, gente, a 100 metros daqui da Câmara, se nós descermos a Rua 4, é 200 metros daqui há pessoas morando no meio do mato e entre animais peçonhentos. Isso eu não admito. Isso eu mandei para o Ministério Público. Tem cabimento um vereador mandar uma denúncia para o Ministério Público porque não está sendo cortado o mato? Chegamos a esse ridículo do vereador ter que ir ao promotor pedir socorro porque o povo está morando no meio do mato. Isso eu não admito. Não admito. Se alguém achou ruim, nós votamos a Lei de Diretriz Orçamentária, tem orçamento para isso, tem que disponibilizar. Essa calha do Palmito tem que ser limpa pelo menos a cada dois meses ou de mês em mês. Não tem cabimento. Eu não admito que o meu povo more no meio do mato. Enquanto o vereador não. Porque eu fui eleito para isso, para defender o meu povo. Não estou eleito para defender o prefeito. Não estou aqui eleito para defender político. Não, eu estou aqui para defender o povo. E enquanto estiver aqui, vou defender o povo. Pedi, inclusive, para que fosse feito um exame laboratorial da qualidade da água nos bairros. Essa água precisa ser analisada e a Prefeitura não faz nada. Nada. Então, quando eu canso de pedir, eu vou ao Ministério Público. É o que me resta. Só finalizando, Sr. Presidente, eu mencionei que foi cancelada a festa do peão de Sales, mas não é Sales



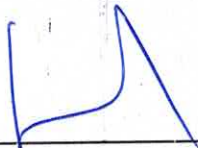
gostaria muito de parabenizar o Clodoaldo, pela sua fala, hoje, em relação a Sanor. É uma fala que se repete desde o começo. Realmente, é uma situação caótica. Muitas coisas até melhoraram, mas, realmente, os vídeos que ele colocou, principalmente nesse final de semana, vendo tanta água, quanto esgoto, a gente para refletir, tanto tempo já, e tão pouco foi solucionado, na verdade. O Rafael também esteve com o Clodoaldo em muitos momentos, daí, acho que, um certo tempo, a gente tem que dar uma pausa para depois retornar o assunto, porque, senão, desgaste e não tem mais a importância devida. Mas como é importante a empresa realmente tomar conta, como o Porkim falou, uma casa próxima foi inundada várias vezes pelo excesso de água, e agora desviaram. Eles sabem que continua vazando ali no local. E pior do que a água é o esgoto. Pessoas com a casa com esgoto na frente das suas casas. É insalubre. Vai contra a proteção da saúde dos indivíduos da cidade. Isso é um assunto muito importante. Não é pegar no pé. É um assunto de saúde pública. Como isso realmente deve ser levado a sério. Espero, com certeza, que, com o tempo, as coisas venham se organizar, mas que realmente não dá para ficar calado. Tem realmente que vir mostrar, falar. A população está muito revoltada ainda, com certeza, por tudo o que acontece sem parar ao longo dos meses, dos anos, pelo menos que já estamos aqui na Câmara, mas que moramos na cidade, ver que realmente parece que é um problema sem solução definitiva. E que, quem sabe, o Comitê da Água possa realmente entrar aí com força e ajudar a fazer as cobranças devidas. Porque daí várias pessoas cobrando, quem sabe o problema possa ser totalmente resolvido. Por hoje é só. Obrigada. **PRESIDENTE:** Boa noite a todos, mais uma vez. Eu começo a minha palavra livre até fazendo um questionamento. Quem disse que seria fácil? Nós estamos aí há um ano e meio com problemas, problemas e mais problemas e nós temos apontados vários deles mas nós não estamos aqui somente para apontar problemas. Nós temos aí que, por obrigação também, arrumar soluções, pelo menos indicar. Então, que Deus, o que eu posso pedir para todos nós aqui, não só a mim, é que Deus nos dê o direcionamento, discernimento para que nós possamos aí terminar essa batalha que nós nos propusemos aí a estar enfrentando. Gostaria de fazer um agradecimento aqui à Aline, da Ouvidoria da Saúde, pelos vários atendimentos que ela tem solucionado, até mesmo que eu tenho passado que algumas pessoas me perguntam sobre consultas, sobre cirurgias, sobre exames e todos os pacientes, as pessoas que me procuram, que eu tenho passado a ela, ela tem mostrado muito interesse, não só quando eu passo, mas acredito que todos os vereadores. Então, queria deixar aqui um agradecimento tanto a ela, quanto para a Carol, da farmácia. Então, todas as vezes que eu precisei por pedido de munícipes, sempre prontas a atender. Hoje vou deixar um abraço aqui também para aqueles que eu sempre mandei em sessões passadas e que me cobraram. Esqueceu da gente? Então, a gente nunca esquece. É que às vezes, dependendo do assunto e a proporção de demandas durante aqui, não só aprovação de projetos, mas durante a palavra livre.



Então, a gente acaba não tomando muito tempo porque fica cansativo. Então, fica aqui um abraço para o Gordo, para o Chiquinho, para o Pedro Neto, a turma lá do Elias, que sempre nos acompanha e a turma dos Zé Damas. Ninguém mais fazendo uso da palavra e nada mais havendo a se tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente Sessão Ordinária.



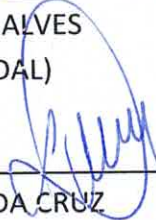
GILSON MOREIRA



ANTÔNIO CARLOS LEITE



JOÃO VITOR ALVES  
(JOÃO PARDAL)



LUIS DONIZETI DA CRUZ  
(RATINHO)



PAULO RODRIGUES ALVES PEREIRA  
(PORKIM)



CLODOALDO SANTANA DA SILVA

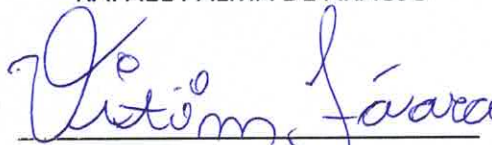
JULIANE FERNANDA POMPILIO



MAX LEONARDO DEFINE NETO



RAFAEL PALMA DE ARAUJO



VITOR FÁVARO TONETTO

SEBASTIÃO ATILIO DA SILVA  
(NEGO DA MARUCA)



